

Governo e participação no Ceará: políticas regionais e agrárias no início do ciclo de mudanças

Liduína Farias Almeida da Costa(*)

RESUMO

O artigo trata da atuação de agentes estatais junto às organizações camponesas do Ceará, no período compreendido entre a transição democrática e início da nova República, destacando sua “rendição”, impelida pelo governo que se inicia em 1987. Relativo às reflexões de Martins (1993) que consideram o técnico do Estado como “estranho” que massacra tendo em vista o domínio de uma racionalidade capitalista. No caso analisado, o agente estatal, embora não perca a condição de “estranho”, sintoniza-se com as demandas dos trabalhadores rurais, acreditando na sua capacidade de agir sobre a realidade, transformando-a.

ABSTRACT

The article is about the action of state agents close the organizations peasants from Ceará, in the period understood between the democratic transition and the beginning of the new Republic, highlighting its “surrender”, impelled by the government that begins in 1987. I concern Martins (1993) reflections, that consider the technician of the State as “stranger” that massacres having in view the domain of a capitalist rationality. In the analyzed case, the state agent, although does not lose the stranger’s condition, is tuned in with the rural workers demands, believing in his capacity to act about the reality, transforming it.

Palavras-chave: Política; Participação; Nordeste.

Keywords: Politics; Participation; North-east

Introdução

As análises voltadas ao do projeto de mudanças proposto pelo segmento político hegemônico no Ceará desde 1986 quanto ao insucesso da melhoria dos indicadores da pobreza desse Estado destacam o isolamento do governo em relação aos setores organizados da sociedade política e civil. As que tomam como objeto de reflexão a pauperização das populações rurais o fazem ressaltando a ausência de tais políticas sem, entretanto, evidenciar processos e formas de erosão de suas bases. É o que enfatizo na presente análise.

O período de idealização e maturação do projeto de *modernização* do Ceará coincidia com o contexto de redemocratização do país e com a dinâmica de transição de programas de desenvolvimento regional de corte rural, cuja responsabilidade de implementação competia àquelas instituições, sobressaindo os *Programas Especiais do Nordeste*, os quais propiciavam clima favorável a posicionamento críticos de agentes do Estado, empenhados na elaboração de estratégias de apoio aos trabalhadores rurais – principalmente aqueles que, ao final da ditadura militar, radicalizavam a questão da democracia – posicionando-se como mediadores importantes na perspectiva de construção de um projeto de reforma agrária, assim como faziam as Comunidades Eclesiais de Base e o Movimento Sindical Rural.

Por que a volta do regime democrático, a consolidação do *Projeto Nordeste* (1) e, sobretudo, o início de um governo cearense, cuja marca seria mudança, não favoreceram tais estratégias?

Neste trabalho, ao dar voz aos técnicos que participaram da implementação de ambos esses programas no Ceará, evidencio suas ações profissionais engajadas aos trabalhadores rurais e sua “rendição” impelida pelo governo nascente no período em referência, culminando com a extinção de tais instituições.

Trato, inicialmente, da configuração dos quadros técnicos responsáveis pela política rural no estado do Ceará, ao final dos governos militares – período

precedente ao dos governos mudancistas – destacando seus perfis e papéis quanto ao fortalecimento das bases de um projeto de reforma agrária condizente com as expectativas e necessidades dos trabalhadores rurais (2).

Enfatizo, posteriormente, algumas das principais formas de mediações de técnicos no processo de construção de espaços de participação dos pequenos produtores rurais atendidos pelos referidos programas. Finalmente, ressalto algumas das estratégias de desmontagem de bases importantes de tais políticas, as quais culminam com a extinção de instituições competentes na área, sob a justificativa da necessidade de reforma administrativa do Estado.

Considero indispensável analisar experiências dessa natureza, principalmente neste momento em que o país busca novas alternativas de enfrentamento à crueldade da pobreza cujo símbolo é o Nordeste (e, como os demais estados nordestinos, o Ceará também), quer seja mediante a recriação de políticas de desenvolvimento regional quer seja mediante programas de cunho assistencial/emergencial.

1 Quadros institucionais na transição democrática: os programas de desenvolvimento regional de natureza rural no Ceará

No início da década de oitenta, com o agravamento de uma das maiores crises econômicas do Brasil, a perda de legitimidade do regime militar e a emergência de inúmeros movimentos em torno da redemocratização do país, um clima de expectativas contagia todas as instituições estatais, a repercutir de modo singular nas de políticas agrícolas do Ceará. Transcorria, nesse contexto, o processo de avaliação dos *Programas Especiais do Nordeste* e de formulação da proposta do *Projeto Nordeste*, que por sugestão do Banco Mundial, ao final de 1981, iria substituí-los.

1 Segundo o sistema de planejamento nacional do período, eram considerados Programas Especiais do Nordeste: o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (POLONORDESTE); o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO); o Plano de Irrigação do Nordeste; o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos (PROHIDRO); e o Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR). O Projeto Nordeste foi projetado, em resposta a exigências do Banco Mundial, como amplo programa que substituiria a todos esses, em razão das metas de impacto na região e no país.

2 Não ressuscitarei, neste trabalho, o ultrapassado debate acerca da existência ou não de camponeses no Brasil. Por não considerá-los a partir de uma ontologia ou modelo importado, utilizo, ao longo do texto, categorias como trabalhadores rurais, pequenos produtores rurais ou camponeses para nomear o segmento brasileiro que ainda hoje luta, heroicamente, por terra de trabalho e condições humanas de vida.

Nessa transição do regime de governo e dos programas regionais relacionados à agricultura, segmentos profissionais anteriormente excluídos das decisões institucionais em razão do regime militar são demandados pelo Estado para implementar ações junto às organizações de pequenos produtores rurais, sob a justificativa de sua sensibilidade aos problemas sociais emergentes.

Ao partir das lacunas e contradições do discurso oficial que dava suporte a esses projetos, tais segmentos, agora ocupando posições estratégicas no Estado, formulam um discurso crítico, ou *contradiscurso*, objetivando a sustentação às suas ações profissionais, com suporte nos seguintes aspectos: a) a certeza de que, em virtude das novas questões que emergiam para o campesinato brasileiro no período, configuravam-se novas demandas de trabalho para os técnicos; b) o apoio técnico de organismos internacionais, que exigiam ações de impacto no Nordeste, voltadas à redução da pobreza; c) a possibilidade de tomar o discurso oficial de apoio às organizações camponesas como ponto de partida para a reconstrução das estratégias de atuação local sintonizadas aos interesses dos trabalhadores rurais.

O depoimento a seguir fortalece a ideia de que, ao se depararem com novas questões e novos mediadores, os pequenos produtores rurais do Ceará exigiam também formas renovadas de atendimento dos técnicos do Estado. Afirma uma técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) :

... as comunidades rurais não queriam mais aquele técnico que ia lá, para dar reunião com álbum seriado de baixo do braço, e com flanelógrafo. Não é essa a questão, mas a postura do técnico. Com o encontro de cooperativas (de produtores rurais) isso fica claríssimo. Os sócios das cooperativas fizeram uma análise muito interessante da extensão rural e foi instrumento de discussão em vários momentos que nós utilizávamos (...). A igreja tem papel político muito importante. Ela é quem penetra mais no campo e ela foi quem iniciou este trabalho político. Conseqüentemente, forçou as outras instituições também a ter uma postura diferente...

Ao mesmo tempo, em face do processo de re-politização da sociedade civil e de renovação política das organizações de trabalhadores que renasciam ou

emergiam, as posturas dos dirigentes de entidades profissionais a congregar esses técnicos são revistas. Esclarece um ex-dirigente da Associação dos Engenheiros - Agrônomos do Ceará e ex-diretor da EMATERCE:

... nós mudamos toda a feição da Associação dos Engenheiros Agrônomos a partir de 1981, para contestar o poder. Surgiu o primeiro Seminário Nacional da Reforma Agrária. Nós trouxemos aqui para o Ceará Cândido Grzybowski e José de Souza Martins. Davase, assim, um toque na questão e se trazia para dentro da extensão rural e para dentro do Ceará aquilo que realmente era proibido. Nunca mais perdemos eleições e sempre dentro dessa linha de discussão e oposição (...). Fizemos uma campanha para mudar toda a feição da Associação de Servidores [da EMATERCE], que hoje é uma entidade que congrega os interesses dos trabalhadores da extensão, vinculando-a ao Grupo de Apoio à Organização Rural e desfazendo toda a feição assistencialista que ela tinha.

Tal segmento descobre-se e reconhece-se também como de trabalhadores, os quais, entretanto, possuem certas peculiaridades: cooperariam na reprodução das desigualdades sociais próprias das sociedades de classe, pelo fato de serem agentes do Estado, mas, em contrapartida, teriam inúmeras possibilidades de alianças com as camadas sociais despossuídas, como os trabalhadores rurais, com possibilidades de colaborar na construção dos seus projetos.

A convicção reinante na sociedade brasileira, naquele momento, de que o caminho certo era a democracia, estava presente também no cotidiano desses profissionais. Esses, conscientes do seu papel social, buscavam formas de, a partir do próprio processo de trabalho nas instituições do Estado, também contribuir para a consolidação do processo democrático.

Naquele momento, grave seca (1979-1983) desnudava a situação de miséria do Nordeste, enfatizada pela imprensa, que saía da censura e destacava a ineficácia dos grandes projetos estatais nessa área; o Banco Mundial

considerava a perspectiva de explosão demográfica e social da região e exigia novas formas de intervenção do Estado naquele espaço; e a Igreja católica declarava sua *opção preferencial pelos pobres*.

Os trabalhadores rurais se insurgiam contra suas condições de miséria que se aprofundavam com a referida seca, enquanto resistiam às alterações transcorridas nas relações de trabalho na agropecuária, que se *modernizava* ocasionando profundas perdas de direitos adquiridos (moradia e raiz do algodão, por exemplo). Contavam, para tanto, com as mediações da ala progressista da Igreja católica *pós-Medelin*, dos sindicatos rurais – tanto dos antigos que se recidavam, como da oposição sindical nascente – e de segmentos de técnicos do Estado, responsáveis pela implementação das políticas agrícola e agrária, integrantes ou simpatizantes de partidos de esquerda e movimentos de mulheres.

O Estado autoritário, carente de legitimidade e de condições de absorção das demandas da sociedade civil que ressurgia articulando-se em organizações e movimentos a se multiplicarem e darem identidade coletiva aos agentes sociais envolvidos, tentava estabelecer consensos mínimos com os trabalhadores rurais. Nesse intento, programava metas de cunho social no âmbito das políticas agrárias. Com isso, ocasionava a constituição de um quadro de funcionários diversificado, abrangendo categorias profissionais variadas, técnicos pertencentes às distintas camadas sociais e possuidores de credos políticos diversos.

Coincidentemente com o período de *aise donilage*, a administração pública federal, com vistas à eficiência e à racionalidade exigidas por organismos financeiros internacionais, adotava o planejamento por meio de programas, em substituição ao planejamento por órgãos.

Os *Programas Especiais do Nordeste* exemplificavam a dinâmica da nova forma de planejamento então adotada. A implementação do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO) competia a instituições como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), ou às Secretarias Estaduais de Agricultura e Empresas de Extensão Rural das respectivas unidades federadas da região, integrantes do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). Havia ainda o recurso à

terceirização, cuja estratégia propiciou a criação de empresas subsidiárias de órgãos públicos, com essa finalidade, como a Companhia Nordestina de Serviços Gerais (CONESG) – subsidiária da SUDENE – sob a alegação de não ampliação do quadro de funcionários públicos.

Outro exemplo de natureza semelhante seria o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), que teve o Ceará como área prioritária determinada pelos agentes financeiros internacionais enquanto *projeto piloto*. Efetivava-se por meio dos seguintes órgãos: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará (EPACE), Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Prefeituras, Departamento de Estradas e Rodagens (DER), Companhia de Eletrificação, Secretaria de Agricultura, Organização das Cooperativas do Estado do Ceará (OCEC), Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Mediante essa modalidade de planejamento, os governos estaduais garantia m tanto recursos para a contratação de técnicos em órgãos dotados de estrutura de funcionamento com capacidade mínima para a instalação dos referidos programas, quanto a expectativa de fortalecimento posterior via recursos a estes destinados

Isso ocasionou o crescimento de instituições como a EMATERCE, que a partir de então teve seu quadro de funcionários ampliado e diversificado. Constituído, inicialmente, por engenheiros - agrônomos e extensionistas sociais, passa a absorver engenheiros civis, veterinários, assistentes sociais, nutricionistas, psicólogos, sociólogos e pedagogos, além de técnicos de nível médio com funções auxiliares. Esse órgão ampliou consideravelmente seu raio de ação, tomando-se responsável pela prestação de assistência técnica e extensão rural de todos os *Programas Especiais do Nordeste*, assumindo *status* e prestígio semelhantes aos de outras Secretarias de Governo, tal sua abrangência e significado.

Ao final da década de setenta, em 1977, a Comissão Estadual de Planejamento agrícola, anteriormente vinculada à Secretaria de Agricultura, transforma-se em fundação responsável pelo planejamento, acompanhamento e execução dos programas de política agrícola, também absorvendo outro contingente de técnicos semelhante ao da EMATERCE.

Não obstante a permanência de apadrinhamentos políticos como modalidade de recrutamento de pessoal do Estado, a obrigatoriedade do concurso público no período militar terminou contribuindo para a conformação de novo perfil dos quadros funcionais do estado do Ceará, sobressaindo as instituições relacionadas ao planejamento agrícola e ao desenvolvimento rural.

Embora essas instituições ampliassem o número de técnicos cujo ideário identificava-se ao dos grandes proprietários fundiários, elas passaram a comportar também técnicos identificados com as novas demandas e questões do campesinato. Desse modo, as relações entre técnicos e usuários dos serviços em referência, até então mediadas pelo favoritismo, assimilam, pouco a pouco, a perspectiva do direito e da cidadania.

Em síntese, as instituições mencionadas assimilam novos segmentos de técnicos que traziam consigo experiências diversas, capazes de serem compreendidas à luz do pensamento de Thompson (1981), como modeladoras do ser social, por serem relacionadas a todo o trajeto de construção política e social de suas histórias particulares, incluindo-se a ética, a moral e a cultura.

Ao rastrear suas trajetórias de vida é possível afirmar, evidentemente correndo os riscos próprios de toda classificação, que as instituições responsáveis pela política agrícola e agrária do Ceará, no início do *Governo das Mudanças*, continham:

a) Profissionais vinculados a partidos de esquerda e outras instâncias organizativas de trabalhadores em geral, os quais reinventavam, cotidianamente, suas experiências de militâncias, adequando-as ao exercício profissional, segundo exemplificam os relatos a seguir:

... primeiro fui presidente de Centro Acadêmico. Em 1968 foi tudo destruído pela polícia. Participava da alfabetização de adultos da AP (Ação Popular). Eu tinha 18 anos, não sabia nem quais eram os partidos que existiam, falava com o pessoal que tinha vontade de fazer alguma coisa (...). Vou pra favela, não tem mais espaço. Onde eu chegava a coisa ia esquentando, entendeu? O processo de radicalização em que você vai se politizando (...) você vai se radicalizando, porque vai sendo

empurrada. Fugiu para outra região (interior da Bahia), onde se inicia um trabalho de educação camponesa nessa região que tinha sido escolhida como expansão de fronteira agrícola (...). No dia que eu chego na cidade para começar a trabalhar na igreja, o Lamarca tem acabado de ser morto (...) então a região durante seis meses ficou cercada pelo exército (...) sobretudo por causa da iniciativa de ocupação das Ilhas do Rio São Francisco, que depois virava Sobradinho, por causa dos projetos que estavam chegando. E também da expansão da fronteira agrícola na região de Barreiras, que fazia fronteira com Goiás (...). Eu chego na região em 1972, exatamente na época em que essas coisas começam a acontecer: a desapropriação (...) e a construção do lago Sobradinho. A região estava em pé de guerra no lado do baixo São Francisco. Eu morava no médio São Francisco onde começa a ocupação pelos mineiros e paulistas. Em todas as ilhas começa um processo violento de expulsão dos trabalhadores, nós passávamos a noite com "tocha" (...) para defender os trabalhadores da invasão do gado (...). O povoado de Pixaim, quase 400 casas é todo destruído em duas semanas (...) era na Diocese onde eu trabalhava (...). Volto para o Rio de Janeiro. Surge a oportunidade de trabalho na FASE que estava começando aqui [Fortaleza]. Passamos uns sete anos trabalhando na FASE, iniciamos um trabalho na periferia em 1973 (...) começa um processo de inchamento aqui em Fortaleza (...) foi a época da expulsão das favelas do Lagamar, da José Bastos, então eram sucessivos os problemas de expulsão de favelados (...). Em 1982 eu ingressei no PC do B, agente começa um trabalho de associação de moradores (...) que depois vai dar na Federação de Bairros e Favelas. Então, de 1974 em diante eu fiquei dividida: em termos profissionais trabalhava com o campo meu horário de trabalho, e sábado e domingo, às noites e às manhãs era a

periféria de Fortaleza (...). Até 1982, não havia grupo de organização de produtores (...) que havia erampessoas que achavam importante esse processo de organização (...) pessoas que tinham uma prática política de militante, fora do Estado (...) e que achavam importante que no seu trabalho de funcionário público fizesse alguma coisa de apoio. Grupos combativos naquela época eram contados, mas a gente conversava, discutia, procurava direcionar os estudos, diagnóstico e a própria elaboração do Projeto Ceará.

Em sentido semelhante, relata outra técnica vinculada à mesma instituição:

Quando entrei para o serviço público, já tinha uma militância fora, e isso eu não separei. Logo que entrei, procurei desenvolver isto também no meu dia - a - dia. Trabalhei com alfabetização de adultos, participei do movimento estudantil em 1968, de forma não muito consciente (...). Num sentido muito mais humanista do que de uma consciência mais. Participei de Centro Acadêmico, de algumas lutas. Aí tinha uma característica importante, porque estudei no ABC em São Paulo. Muitos colegas da gente eram operários, e eu, apesar de ser de família operária, sempre trabalhei no comércio, mas quando fui fazer a faculdade (Ciências Sociais) a universidade (os alunos) tinha muito mais característica de trabalhadores do que de estudantes universitários. Vivenciei toda aquela realidade de lá. Foi um momento muito intenso quando começaram as greves do ABC em 1978. Aí tinha um envolvimento, tinha uma articulação no meio estudantil e sindicato (...). Tinha muito essas funções de apoio às greves, de participar das assembleias, de compreender o que estava acontecendo. Era o grande momento de surgimento do próprio Lula (...).

Aquino Ceará participou do Movimento de Anistia e da organização do Centro Brasil Democrático no Ceará, uma organização supra partidária mas com a coordenação do PCB, entre estudantes e intelectuais militantes. Neste momento a luta era contra a ditadura mesmo, não tinha tantas divisões e isso facilitava uma articulação maior (...). Você fazia aquilo porque os partidos não eram legais, não havia espaço. Quando os partidos firmam se delineando, se definindo, já não era mais o momento disso. Militei algum tempo no PCB no sentido de educação política (...).

Acho que a influência é recíproca (experiência política e trabalho profissional). Se você já tem consciência como cidadã, para você é muito claro que está no Estado para servir também aos interesses dos trabalhadores, vivendo constantemente, uma contradição. Se você tiver consciência, vai saber lidar com a questão de estar num órgão do Estado, que representa esses interesses dominantes, que, constantemente, está forçando você a entrar nesse jogo. **O fato de você trabalhar num órgão que tem algum poder de definir as coisas (para onde vão os projetos, aonde vão ser realizados os treinamentos, qual o conteúdo desses treinamentos etc.), tendo alguma consciência, pode ir realizando (...) porque o controle é mais das diretrizes gerais.** No dia - a - dia você pode conduzir seu trabalho, fortalecer o processo de organização de trabalhadores. É lógico que às vezes a gente desanima de fazer um trabalho via profissional. Muita gente desiste, porque do teu esforço de trabalho, 80% às vezes, ou mais, não é coisa que seja do interesse dos trabalhadores, fica perdido na burocracia, nas bigas, nas tentativas de camuflar as propostas, na luta de resistir, de impor um trabalho mais voltado realmente para os trabalhadores.

Por outro lado, a questão profissional, o fato de você poder ter contato com inúmeras comunidades rurais, sindicatos, associações, lideranças camponesas, movimentos dos mais diversos, dos trabalhadores, aumenta o seu nível de consciência em relação à questão política.

b) Técnicos que, embora não possuíssem convicção política conceitualmente definida acerca de um projeto societário com vistas à igualdade de apropriação dos meios de produção e de seus frutos, defendiam o direito de participação política dos trabalhadores rurais, considerando sua condição de cidadania e argumentando acerca da relação entre essa forma de participação e a melhoria de suas condições econômicas. O depoimento a seguir, reproduzido de entrevista realizada com técnico que, à época em referência, tinha posição de comando na EMATERCE, é exemplar quanto a isso:

Fiz parte do movimento do Centro de Cultura Popular até 64. Em 64 tudo acabou, e nós respondemos a alguns inquéritos. Também fui vice-presidente do DCE e secretário geral do Diretório de Economia, aí termina. Consegui fazer o curso da CEPAL depois entrei na CEPA através de concurso. Depois me botaram na Coordenação Geral, não era cargo político porque a designação era técnica. A EMATERCE, sim, foi um cargo político. Eu fui indicado por uma corrente política do Estado, e resolvi aceitar (...). Foi uma experiência política em outra instância (organização de produtores) eu até poderia ter outras posições, tranquilamente, deiram pra outras posições, galgar posições melhores no Estado, no país. Mas acho que isso aí valeu a pena.

Jamais você poderia dizer que pessoas reacionárias na extensão tivessem pelo menos a visão disso aí (organização de produtores), eu realmente não tinha teoria, sempre fui muito prático, então eu tinha dificuldades de entender o método. Mas sabia exatamente quanto aquilo poderia ajudar em termos de pequena produção e sabia também que aquilo ali ia ter repercussões bastante positivas no seu processo político. Agora,

não entendo, como é que se eu tenho o direito de definir o que quero dentro do contexto político do país, eu não aceito que o produtor [rural] não tenha. E a única forma deles (...) é que tenham uma produção maior, um nível de educação maior, um nível de consciência maior, quer dizer, é transformar a sociedade como nós somos. Daí para a frente é uma decisão própria de cada um. Os agricultores que não têm produção não podem fazer essa opção porque não estão conscientes, vivem num nível de miséria tão grande que não têm essa capacidade. O que eu acho é que algumas pessoas reacionárias não faziam porque estavam comprometidas com elas mesmas, são pessoas vinculadas a um processo político totalmente diferente do que a gente tem falado aqui.

c) Profissionais que no apogeu da ditadura militar haviam sido afastados do serviço público por meios explícitos ou sutis e que, no momento de transição desse regime, eram procurados pelo mesmo regime com a finalidade de realizar o trabalho de *organização de pequenos produtores*. Expulsos de programas estatais, esses técnicos haviam adquirido outras experiências em instâncias distintas como organizações não-governamentais, dissidências da Igreja católica ou o movimento sindical rural, conforme relato a seguir:

Em setembro de 1962 foi a minha primeira participação política, depois de vários congressos de estudantes. Fui secretário do Diretório do Centro Acadêmico e a partir daí fui desenvolvendo outra visão (...). Minha turma fôamouse no período do golpe de 1964. Respondi a processo dentro da Universidade, uma espécie de inquérito e não fui apenado. Depois fui fazer mestrado. Ao voltar, entrei no exercício profissional numa visão muito técnica e implementando todo um pacote moderno na área de docultura, nessa modernização da agricultura. Não tinha por que não acreditar, nunca tinha questionado aquilo, e foi exatamente o contato com

o pessoal da paróquia de Aratuba que me despertou a possibilidade de aliar o trabalho técnico e o trabalho político. Depois, já no final da década de setenta, na minha atividade política, eu tive uma participação bem efetiva, na criação do jornal MUTIRÃO que foi um jornal alternativo, depois me filiei ao PT.

No fim de 78/79 começamos a ir um pouco além desse trabalho de apoio a pequenos produtores, por meio de assessoria à Diocese. Nós começamos a manter contatos diretos com dirigentes sindicais de Quixadá, Quixeramobim, Tauá (oposição sindical). Por volta de 78, 79 e 80 eu comecei a minimizar a dimensão técnica de minha profissão. Comecei a perceber o peso da questão da terra, que era a base de tudo e não a consequência, aí eu passei a ser muito mais um agônomo sociopolítico do que um agônomo técnico. A partir dos meus contatos com o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), comecei a ver que se esboçava um movimento de âmbito internacional questionando o modo de da agricultura implantado a partir da modernização [da agricultura] (...) comprometido com a busca de novas alternativas, como o interesse dos pequenos produtores, na busca de uma tecnologia adequada às suas condições, necessidades e interesses. Aí eu comecei a empreender o que chamo o caminho de volta, onde eu consegui fazer uma síntese do profissional técnico e político num só tipo de atividade. Sobre tudo o contato com as pessoas no campo, com os trabalhadores rurais, com pequenos produtores, dirigentes sindicais (...) me levou a ver, cada vez mais, o compromisso de trabalho.

Fui convidado a voltar, na qualidade de assessor, exatamente do grupo de organização rural, que se estruturava. Quer dizer, a mesma razão pela qual eu saí. Eu me vi, do ponto de vista político, com necessidade de tomar posição, porque

estava tentando fazer um trabalho numa linha de tentar apoiar a organização (refere-se a uma tentativa de trabalho, em 1972, com camponeses ligados à paróquia de Aratuba, numa perspectiva de organização a partir da base, e que determinou sua saída da extensão rural). Foi o posto do que me levou a voltar a convite do então presidente. Aceitei porque, objetivamente, havia uma razão de sobrevivência, mas sobretudo, para realizar um exercício profissional voltado para coisas que eu ainda acreditava possível fazer no setor público (Técnico da EMATERCE)

d) Técnicos de campo (assim denominados os que, integrantes das instituições mencionadas, residiam no interior do estado) que, pertencentes a famílias de origens camponesas, haviam sofrido em consequência das formas habituais de exploração utilizadas pelos proprietários de terra e, mesmo sem possuir experiência de militância partidária ou em organizações institucionalizadas, apoiavam resistências dos trabalhadores rurais, tendo por suposto a identificação com base nas condições de inserção social. O depoimento a seguir exemplifica casos semelhantes:

Eu não tinha base suficiente para compreender as relações sociais que produzem as desigualdades entre as pessoas. Morava no campo, não tinha acesso aos meios de comunicação, ou os tinha de forma distorcida. "Fomeime" nos anos mais críticos da repressão militar, e retornei para o campo em 1978, como "profissional do social", fazendo parte do quadro dos Programas Especiais do Nordeste. Em razão de informações recebidas no colégio, na faculdade e por intermédio da minha família (meu pai era da UDN), ia convicta (para o campo) de que a "revolução" (quer dizer, a ditadura) era um esforço das "forças armadas" para colocar "ordem" no país, para corrigir as "patologias sociais". Assim eram repassados os Planos Nacionais de Desenvolvimento do período na faculdade onde eu estudava. Acontece que eu havia experimentado, desde criança, todos os processos de expropriação

que uma família de camponeses sem terra experimenta, incluindo-se a invasão amada, a mando do proprietário onde éramos rendeiros. Então, juntando o que eu conheci na vida com o discurso da justiça social da “revolução” que aprendi na universidade, eu procurei encaminhar todos os meus atos profissionais a favor dos camponeses, até pelo fato de acreditar, por causa da alienação, nessa “justiça da revolução”. Isto quase me causa punições, sem que eu soubesse o motivo, já que eu estava convicta de que aqui berço justiça social. Depois, quando a imprensa é liberada, do final de setenta para o início dos anos oitenta, passo a ter acesso à televisão, jornais e revistas (anteriormente, eu não podia comprá-los), e aí, sim, passo por um processo de “desalienação”, e passo também a encaminhar as coisas de forma estratégica e “planejada”.

e) Outros técnicos de campo que, vivenciando os percalços dos *Programas Especiais do Nordeste*, conseguiram, no processo de sua efetivação, construir uma visão crítica acerca dos papéis do Estado e do planejamento governamental, especialmente nas áreas de *SEA* do Nordeste.

A possibilidade de construção dessa visão relacionava-se às condições de incerteza sobre a permanência de tais programas, suas contradições e incoerências. Ao expressar, na realidade, os efeitos da crise econômica e política brasileira, esses programas iam funcionar também como uma espécie do que hoje se poderia chamar de “observatório do governo” ou até mesmo como instrumentos de aprendizagem política de seus técnicos.

Muitos desses técnicos já vinham de experiências frustradas das políticas públicas relacionadas à abertura das chamadas novas fronteiras agrícolas no Norte do país, onde haviam descoberto que a perspectiva de melhoria das condições de vida dos nordestinos (trabalhadores e técnicos) que para lá migraram era apenas um mito. Desencantados com as conseqüências nefastas de tais políticas, com a *desgovernabilidade* do país, e em razão das escassas perspectivas profissionais, também, estes começam a sintonizar-se com os trabalhadores rurais de modo direto ou indiretamente.

As insatisfações dos técnicos em face do processo de esvaziamento dos *Programas Especiais do Nordeste* aumentavam, cotidianamente, também em conseqüência da progressiva corrosão dos seus salários, em virtude da inflação desenfreada a atingir quase todos no país e diante da perspectiva de perda do emprego, dada a ameaça de extinção de tais programas.

Além do empobrecimento gerado pelas reduções salariais e da insegurança no emprego, havia a sensação de desenraizamento e a frustração profissional desses técnicos, na medida em que os programas não atingiam os objetivos previstos, ou, sequer, aproximavam-se disto. Incumbidos da missão de *fazer o sertão vir a mar*, muitos deles assistiam, perplexos, ao genocídio dominante no Nordeste como conseqüência dos cinco anos seguidos de *seca*.

Os posicionamentos críticos dos técnicos em referência germinam, principalmente por meio do contato direto com um campesinato em transformação, ante as novas questões com que se deparavam e os mediadores com quem passavam a relacionar-se a partir da década de setenta.

Segundo José de Sousa Martins, as transformações ocorridas no campo naquele período propiciavam a crise do clientelismo e o rompimento da dependência pessoal, e revelavam o mistério político da propriedade, contribuindo para alicerçar-se a luta pela terra, fundamentalmente diferente da luta pela reforma agrária institucionalizada.

As especificidades de tais transformações, no caso do Ceará, são sistematizadas mediante estudos realizados por técnicos da CEPA, assessorados por professores da Universidade Federal do Ceará (UFC), durante o processo de implementação do POLONORDESTE. Concluiu-se, entre outros aspectos, que a luta pelos direitos implicava o por a *Leidô Governo* (o Estatuto da Terra) às regras tradicionais de dominação fixadas pelos patrões e que as noções de obrigação e favor a orientar toda a vida dos parceiros e rendeiros estavam, progressivamente, sendo substituídas pelas noções de direitos e deveres.

O processo de implementação, avaliação, desativação e unificação dos *Projetos Especiais do Nordeste* facultava, no início da década de oitenta, uma sintonia de idéias entre distintas gerações de técnicos: um segmento de novos técnicos recrutados para o POLONORDESTE; antigos técnicos integrantes da CEPA; parte dos da EMATERCE e parte dos que haviam sido absorvidos pelo serviço de extensão rural em razão do declínio ou extinção de outros programas.

Empenhados no estabelecimento de estratégias destinadas a oferecer apoio aos trabalhadores rurais, eles contavam, paradoxalmente, com importante aliado: o Banco Mundial. Não obstante as distintas posições ideológicas dos técnicos, as exigências desse organismo de que as ações estatais na região causassem impactos e fossem eficazes possibilitavam a aceitação dos mais progressistas, conforme explicitado no relato de uma técnica da CEPA, a seguir:

... fomos ocupando espaços dentro da administração e passamos a ser reconhecidos. O grupo adquiriu uma mística. Eram chamados grupo de petistas e comunistas, mas por parte da direção eles não tinham coragem de mexer muito com agente. De início transferiam, mas depois viram que era buniço, pois onde se chegava começava o mesmo trabalho (...). Sempre ficava aquela coisa, pois na hora que todo mundo precisava de trabalho mesmo saíam quem não era com todo mundo que podia contar. Na hora que vinha a missão do Banco Mundial, o pessoal de Brasília, da SUDENE, quem eles botavam na frente para responder pelo trabalho do projeto era o Grupo de Apoio à Organização, que era o grupo mais competente do Estado.

Em síntese, considerando-se os dilemas do Estado interventor em crise de legitimidade e o processo de transição dos chamados *Programas Especiais do Nordeste* para o *Projeto Nordeste* é possível compreender a constituição de um quadro funcional de tal natureza, bem como as especificidades de sua ação profissional em razão das demandas dos trabalhadores rurais.

2 A participação dos pequenos produtores rurais: mediações dos técnicos

A ampliação de espaços de participação dos trabalhadores rurais na transição dos *Programas Especiais do Nordeste*, sobretudo o POLONORDESTE, é facilitada, entre os diversos meios, pelas constantes redefinições deste programa em contextos políticos distintos.

Entre 1974 e 1976, período do *milagre econômico*, o POLONORDESTE objetivava o desenvolvimento e a modernização da agropecuária no Nordeste; a partir de 1976, com a *crise do milagre*, eram introduzidas as idéias de agricultura eficaz e *promoção dos pequenos produtores*; finalmente, em 1981, com o processo de redemocratização do país, demarcavam-se novas diretrizes no sentido do *estímulo à organização dos pequenos produtores rurais em entidades associativas* (Costa, 1991).

No Ceará, já era bastante visível, durante o segundo governo Virgílio Távora, certa participação no âmbito do programa, evidentemente fazendo parte das estratégias de liberalização do regime militar. O fato intensifica-se no governo Gonzaga Mota, de modo que a idéia de participação dos trabalhadores rurais na condução dos programas ligados à agricultura não constituía inovação das propostas *de mudanças*.

Na verdade, havia profundo distanciamento entre o discurso quase apologético acerca da reforma agrária e da organização de pequenos produtores e as ações que o seguiam, as quais propiciavam, de fato, a reprodução da grande propriedade rural, da especulação financeira e do grande comércio de insumos e implementos agrícolas.

Entretanto, o discurso oficial possibilitava a identificação de suas próprias lacunas, o desdobramento de suas contradições e a elaboração de um discurso crítico assumido por agentes estatais que implementavam os programas.

A perspectiva conciliadora dos programas mencionados, visando, de certa forma, o atendimento de interesses contrários, como os dos proprietários fundiários e os dos trabalhadores rurais, abria possibilidades de usos distintos do referido discurso também por ambos esses segmentos, sendo exemplar quanto a isso o POLONORDESTE.

Quanto aos trabalhadores rurais, passaram a contar também com a mediação de técnicos, os quais em seu trabalho diário não perdiam de vista: a) o discurso oficial, seu teor (organização e apoio aos pequenos produtores) e sua origem (um governo sem legitimidade que precisava dar respostas às demandas dos trabalhadores rurais e o fazia por intermédio dos seus técnicos); b) a convicção de sua própria importância para a implementação dos programas; c) a certeza de que o Estado, em precárias condições financeiras e

contando com os recursos que lhe chegavam por meio dos programas, não poderia descartar a proposta de organização dos trabalhadores rurais, contida, de certa forma, nas diretrizes impostas pelo Banco Mundial.

Dois movimentos, nem sempre intermitentes, porém intercalados, eram percebidos no processo de elaboração do discurso crítico: a) o desvelamento das razões do Estado ao pretender institucionalizar organizações camponesas de qualquer natureza; b) a construção de alternativas e estratégias de utilização do discurso oficial no sentido do fortalecimento dos trabalhadores rurais. O relato a seguir é revelador de percalços desse processo:

*O governador da época [Gonzaga Mota] pegava quem queria trabalhar com os pequenos, pegava quem queria fazer determinadas coisas. Você sabe da participação de lena virada da coisa (da ditadura) e ele apoiou Tancredi. **Eu tinha documentos básicos que me davam respaldo, e mostrava para as pessoas que elas tinham de trabalhar dentro do espaço permitido porque se eles fizessem qualquer coisa que fosse muito de encontro, poderiam derrubar o serviço.** Em determinado momento a gente tinha muito caro aonde queria chegar, mas se perdeu muito tempo na reorganização. O momento político era bom, embora apertado, mas eu acho que se podia e se pode fazer. Agora, quando ela (a extensão) chegar a um determinado momento, isso aí eu estou vivendo uma experiência atual (na Costa Rica), se os próprios agricultores não forem os elementos que sejam o eixo de ação, realmente a extensão não pode fazer muito (Ex-dirigente da EMATERCE).*

De fato, o contexto político possibilitava que as determinações governamentais acerca da *organização dos pequenos produtores* fossem apropriadas de distintas maneiras, na dinâmica das correlações de forças microinstitucionais. Diferentes componentes das propostas oficiais foram utilizados em razão dos pequenos produtores rurais, destacando-se para análise, em virtude da organicidade atingida, a concepção de organização com base em elementos produtivos.

O processo era fortalecido também pela interação entre consultorias externas, como o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) – em decorrência de acertos entre o governo do Estado e o Banco Mundial – e técnicos do Ceará (CEPA e EMATERCE), ressaltando-se o trabalho de Argumedo (1987), que ao trazer experiências de assessorias a organizações camponesas de outros países latino-americanos, cuja base era o associativismo apoiado na produção agrícola ou atividades correlatas, teve papel muito importante no processo.

Quanto aos resultados dessa interação técnica (e cultural), merece destaque a produção da *Proposta Metodológica de Apoio à Organização dos Trabalhadores Rurais*, por constituir respaldo metodológico, por excelência, de projetos associativos a se multiplicarem em todo o interior do Ceará, dentro e fora das áreas de assentamento da *reforma agrária*. O pressuposto central era o reconhecimento de que *a organização dos trabalhadores se efetivava a partir e em torno de elementos produtivos predefinidos como estratégicos*. Os camponeses eram reconhecidos como *sujeitos históricos* e, desse modo, descartavam-se indicações metodológicas que oferecessem receitas (passos e técnicas). A base metodológica era a compreensão da dinâmica das organizações camponesas existentes e seus objetivos, levando a que o ponto de partida de atuação fosse a natureza dos *sujeitos* envolvidos nas organizações e as relações sociais a ligá-los.

A sociedade, segundo a proposta, era reconhecida em seu movimento e através de conflitos de interesses. Assim sendo, as organizações deveriam ter como referência fundante a defesa dos camponeses. Neste caso, se reconhecia a necessidade de conhecimento técnico, acerca dessa dinâmica, calcado em *teorias que apontassem para a transformação* (Argumedo, 1987, p. 3-6).

Conforme propunha o referido assessor, *a tática possível para apoiar os processos de organização, sem cair no risco da manipulação, seria a criação de condições para a realização de experiências de produção associativas, possibilitando a tomada de consciência do poder da organização* (Id., Ib.).

Nesse processo é sugerida a constituição de reserva de recursos objetivando *financeiros projetos que os camponeses decidissem implementar*. Tal fato representaria, conforme este assessor, *certa violência aos modos tradicionais de ação institucional* (Argumedo, 1987:56).

Com essa perspectiva de fusão entre ação profissional e prática pedagógica política, a concretização da proposta em referência impeliu os técnicos a forjarem também um fundo de apoio ao associativismo de base produtiva, tratando-se do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Associativo (FADA), resultado da recriação de fundo existente no POLONORDESTE desde 1979, quase inexpressivo e nunca utilizado, destinado ao desenvolvimento de comunidades rurais.

Místico até em sua denominação e considerado pelos técnicos como um *foco de resistência ao POLONORDESTE*, o FADA multiplicou-se rapidamente, abrangendo quase todos os municípios cearenses. Ao final da primeira metade da década de oitenta, existiam cerca de oitocentos projetos dessa natureza no Ceará

Não obstante o embate de forças contrárias, o FADA foi definido oficialmente como componente desse programa e instrumento de apoio financeiro ao processo de organização e participação dos pequenos produtores rurais, em base produtivo-associativa e de concretização da realização das demandas legítimas, manifestadas por meio de suas organizações formais e informais, no sentido de sua permanência e auto-sustentação.

Posteriormente, no âmbito do Projeto Nordeste, o FADA foi considerado como resultado do *desdobramento da aplicação da estratégia participativa preconizada no Projeto* (Documento Síntese do Projeto Nordeste, 1985, p.85).

Considerem-se ainda outros esforços importantes por convergirem no sentido do fortalecimento das organizações de trabalhadores rurais, como: a) produção de estudos e pesquisas através do convênio DRIN-BRASIL/OEA (Desenvolvimento Rural Integrado/Brasil/ Organização dos Estados Americanos), cujo propósito era prestar assessoria técnica à SUDENE, com ênfase no POLONORDESTE, tendo como instrumentos essenciais a produção de análises relativas à pequena produção agrícola, a capacitação de trabalhadores rurais e o acompanhamento de projetos. Até 1993, o convênio em referência havia subsidiado a produção de 32 trabalhos escritos e uma quantidade significativa de treinamentos relacionados à pequena produção agrícola, às transformações da agricultura brasileira e do Nordeste, ao processo de planejamento de natureza participativa e às políticas agrária e agrícola; b) capacitação de técnicos e trabalhadores rurais que, definida como imperativo à consolidação do *projeto piloto*

(POLONORDESTE/CE), propiciou inovações metodológicas importantes no intuito do apoio à participação dos trabalhadores. Os treinamentos de técnicos e trabalhadores permitiam relacionar à totalidade coisas tidas como pontuais e fragmentadas, incluindo-se a tecnologia até então tratada como neutra ou como meio para atingir o desenvolvimento, o qual era considerado abstratamente, e tomado como o único caminho a ser perseguido. Até então a metodologia de capacitação tomava como base um produto ou uma técnica abstraídos da realidade. A partir do projeto de apoio à organização dos trabalhadores, os técnicos responsáveis pelos treinamentos passam a direcionar discussões críticas acerca da realidade social, sua construção, reprodução e desigualdades. A tecnologia continuava sendo valorizada, porém em razão da existência do homem entendido no contexto das relações sociais. A pequena produção agrícola, as organizações camponesas, as políticas agrícolas ou a problemática da mulher no campo, eram temas valorizados no processo de capacitação de técnicos e camponeses; c) medidas de integração interinstitucional, numa perspectiva de alargamento dos canais de participação dos pequenos produtores rurais, mesmo em obediência a recomendação de agentes financeiros do POLONORDESTE, como meio de racionalização econômica. Embora essa integração jamais se consolidasse, os esforços para tanto possibilitaram a criação de espaços de debates relacionados às políticas em implementação e ao *ethos profissional* dos seus técnicos.

É importante destacar que, ao se iniciar o *Governo das Mudanças*, em 1987, inicia-se também um projeto de atuação nas áreas de reforma agrária cujo pressuposto básico era a organização dos assentados em torno de elementos produtivos, contando com as experiências pedagógicas e políticas anteriores desses mesmos técnicos.

Os trabalhadores que haviam conquistado a terra, ao se encontrar em assentamentos rurais, participavam, efetivamente, da dinâmica de planejamento do processo produtivo entendido em sua totalidade. Isso era possível em virtude da interlocução, permanente, entre Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SEARA) e organizações camponesas de qualquer natureza, incluindo-se a oposição sindical.

Conforme Martins (1994), a metodologia de trabalho utilizada nos assentamentos levava ao consenso, entre técnicos e trabalhadores, de que a dinâmica da produção nas unidades agrícolas reformadas deveria ser planejada

de forma ascendente, permanente, integrada globalmente e de modo articulado. Essa modalidade de planejamento, segundo esta autora, era proposta por um grupo de especialistas denominado Grupo Executivo de Apoio à Reforma Agrária (GERA) da Secretária de Agricultura e Reforma Agrária.

Tendo, de um lado, contexto em que as palavras de ordem dos trabalhadores rurais eram *ocupar e produzir* e, de outro, proposta metodológica de apoio às organizações de trabalhadores identificando a área reformada como unidade pedagógica, no sentido empregado por Paulo Freyre, era possível concretizar as idéias de cooperação e gestão coletiva dos assentamentos, conferindo caráter formal às suas associações, apoiadas por elementos produtivos.

Em maio de 1988, de acordo com Martins (1994), os trabalhadores rurais ofereciam [contando com a mediação dos técnicos] imensa contribuição ao estado do Ceará, ou seja, um *modelo* metodológico de organização e gestão de assentamentos. Embora de duração efêmera, esse modelo, conforme avaliação da autora, produziu efeitos positivos dos pontos de vista econômico, político e cultural.

Entretanto, não se adequando à proposta de *modernização do capitalismo* pensada pela tendência hegemônica do *Governo das Mudanças* a se configurar de fato, a experiência com base nesse modelo de organização de assentamentos rurais teve existência tão efêmera quanto a da estratégica composição da primeira equipe responsável pela SEARA, ou seja: integrantes do PMDB do período em que este abrigava os excluídos políticos do regime militar, bem como integrantes do PCB e do PC do B – partidos que configuraram a aliança firmada para derrotar os chamados “coronéis”.

3 A “retirada de cena” dos técnicos engajados

O retorno do regime democrático, a consolidação do *Projeto Nordeste* e a vitória da tendência política que iniciava o *Governo das Mudanças* no Ceará não foram favoráveis à continuação da dinâmica de trabalho ora descrita.

A partir de então, o apoio às organizações dos pequenos produtores rurais, que anteriormente incomodava apenas alguns grandes e médios proprietários fundiários, transforma-se em alvo de críticas também de segmento

hegemônico do movimento sindical rural, sintonizado com os governos (federal e estadual) nascentes, cujo apoio era mútuo em vários aspectos. O relato de uma “técnica de campo” da EMATERCE, a seguir, é exemplar a esse respeito:

Só descobri que estava apoiando os interesses dos camponeses no sentido da luta pela terra quando, com base num trabalho efetivado com camponeses, a maioria de CEBs, fui acusada por um integrante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará de estar trabalhando por um sindicalismo paralelo, aliada aos grupos de “disfarçados de trabalhadores” que queriam denubar o movimento sindical e a luta pela reforma agrária. Isso me deixou perplexa, porque eu estava convicta de estar aliada aos camponeses. Até então, por falta de uma base teórica mais profunda, eu apenas intuía que havia diferença entre luta pela terra e luta pela reforma agrária institucionalizada pelo Estado, como também não compreendia que a Federação [FETRAECE] apoiava esta última. O que eu estava desenvolvendo no campo era uma tentativa de me sintonizar com os reais interesses dos camponeses e partir para alguma ação mais concreta, embora institucional. Assim emergiam, por parte dos pequenos agricultores, grandes questionamentos acerca do controle dos meios de produção, e da terra em especial. Isto foi o suficiente para que algumas forças se identificassem como aliada à luta do movimento de oposição sindical (luta pela terra?).

Importa lembrar que em termos nacionais a luta pela terra jamais foi incorporada pelo Estatuto da Terra ou mediante propostas de reestruturação fundiária recebida pelo Banco Mundial e assimilada pelos últimos governos militares, nem tampouco pelo pacto político que constituiu a Aliança Liberal na transição entre a ditadura de 1964 e o regime democrático.

Desse modo, a metodologia de trabalho utilizada pelo segmento de técnicos em discussão, constituindo-se como mediação das reivindicações camponesas dirigidas à

posse da terra, foi re-apropriada após os movimentos pró-democracia, de acordo com os proprietários de terra ou seus interlocutores, principalmente forças político-institucionais favoráveis ao real *Governo das Mudanças*.

Entretanto, imbuído da missão de *modernização* da política cearense, o governo em referência não deveria utilizar-se de estratégias explícitas de interdição ao apoio dos seus técnicos aos trabalhadores que lutavam por terra de trabalho. O fazia, porém, valendo-se de estratégias profundamente sutis, só compreendidas ao se captar a dinâmica do cotidiano do trabalho dos referidos técnicos, as correlações de forças internas às instituições de política agrária e agrícola e, sobretudo, a natureza das relações entre o Executivo e os movimentos e organizações formais dos trabalhadores rurais.

No novo contexto, o discurso crítico elaborado na transição do regime militar será instrumental ao alargamento dos espaços do Estado nas organizações camponesas, principalmente a FEITRAECE, conforme exemplifica o depoimento de uma assessora técnica da SEARA, a seguir:

*É grave o fato do PAPP passar recursos diretos para a Federação. Isso cria um vínculo enorme com o Estado, principalmente com o governo atual, com a direção da Federação, dando sustentação para que ela permaneça no poder por muito tempo. Até mesmo legitimando ações do governo, respeitando muito mais o governo do que os trabalhadores (...). **Eu acho que se teve uma fase** [refere-se ao período de 1983 a 1986, anterior ao início do *Governo das Mudanças*]. Para mim houve, com esse novo esquema político, uma grande cooptação das lideranças mais formais. Quando houve a elaboração do PAPP que institucionalizou o componente Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR), até um certo período de um ano ou dois, o APCR ainda consegue, mesmo como componente do PAPP, um trabalho mais qualitativo. Mas a partir do momento em que o governo vai tomando pé do que significa o componente, vai aumentando o volume de recursos para o APCR. (...) A partir*

*do Projeto Nordeste se intensifica a participação da FEITRAECE. Antes, aqui no Estado, a gente não tinha essa questão de passar recursos só para o sindicato. Os projetos FADA poderiam ser repassados a associações e grupos de produtores, como também a gente repassava dinheiro de capacitação para qualquer grupo de trabalho. Com a centralização desse recurso na Federação, não podemos mais repassar direto para os trabalhadores (...). Tomouse proibido aos órgãos do Estado dar treinamento nessa área [sindical]. (...) **Com a questão da passagem de recursos diretamente ao movimento sindical ele se torna um órgão executor do governo.** Isso permite, num momento em que o sindicalismo luta pela autonomia, auditorias, porque ele é um órgão de governo como outro qualquer (...). Eu mesmo já presenciei esse tipo de reuniões do CRDR [Conselho Regional de Desenvolvimento Rural na SUDENE]. Tem momento que a representação dos trabalhadores do Nordeste vota a favor de coisas que seriam prejudiciais a eles (...). Um caso típico: enquanto os técnicos votavam contra a utilização do dinheiro do PAPP para construção da sede do IERCE [Instituto de Terras do Ceará], os trabalhadores votaram a favor.*

Relações assim constituídas entre Estado e organizações camponesas desdobravam-se na dissimulação da existência dos conflitos no campo e, em consequência, no fortalecimento das bases de legitimidade do governo e, em plano mais amplo, da proposta de *Reforma Agrária da Nova República* (II PNRA), que não correspondia aos anseios dos que lutavam por terra de trabalho. A esse respeito, relata um líder da oposição sindical dos trabalhadores rurais do Ceará:

Para se ter uma idéia, de dezembro de 1987 até hoje [1990], foram feitas duas reuniões do Conselho de Representantes [constituído por todos os dirigentes sindicais do Estado], quando

a programação era mensal. Eles não brigavam, por exemplo, por formas de luta, não se contrapunham nada. No entanto, não as encaminhavam (...). Nós tivemos duas grandes prisões: uma em Carindé e outra em Sobral. Muita tortura, (...) companheiros que chegaram a beber 20 litros de água de uma só vez [foram obrigados] quase ficavam mortos (...). A direção da FEITRAECE sequer nos acompanhou à cidade onde fomos torturados porque era uma área de apoio e latifundiário que fez isso estava de acordo com o governador. Se é de alguém que ele têm divergência, então tudo bem, despegam como se fosse a direção da coisa (...). Há muitos sindicatos que não são beneficiados. Quem é beneficiado são os diretores da Federação, mas eles são obedientes aos diretores. O único benefício que eles trazem é receber a mensagem dos diretores, de ficar calmo, não ir para a briga, não votar o conflito de terra. Para se ter uma idéia, existe conflito da Federação com o próprio MIRAD [Ministério da Reforma Agrária], com a própria Secretaria de Agricultura. O atraso da nossa Federação é maior do que desses dois setores de governo

Contribuindo com o fortalecimento de tais formas de relações, o Projeto Nordeste também incorporou aspectos fundamentais do *contraditório* dos técnicos engajados aos trabalhadores, propiciando, de um lado, sua ampliação e, de outro, sua utilização pelos segmentos identificados ao *Governo das Mudanças*. A determinação do *Projeto Nordeste* de que as ações fundiárias deveriam anteceder às demais ações do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) e que sua estratégia de intervenção se concentrasse em áreas contínuas, baseando-se na *participação e organização dos produtores*, era emblemática quanto a essa ampliação (Projeto Nordeste - Resumo do Programa, 1985, p. 106).

Não obstante o apoio recíproco entre o governo estadual e a Federação dos Trabalhadores Rurais, sua efetivação pelo alto não afetava de forma homogênea suas bases, de modo que não inviabilizava por completo, pelo menos durante os dois primeiros anos do “ciclo das mudanças”, a realização de ações voltadas ao apoio às organizações

camponesas, destacando-se: a) a expansão e diversificação do projeto FADA e, inclusive, seu fortalecimento, até mesmo mediante trabalhos realizados por camponeses em *frentes de serviços* relativas à *sa* de 1987; b) o debate acerca da reestruturação metodológica e de municipalização dos serviços de extensão rural com o movimento sindical (e oposição); c) a intensificação de projetos associativos visando a *constituição de coletivos* também nas áreas de reforma agrária.

As estratégias governamentais, mais visíveis, de anulação da perspectiva de apoio às organizações camponesas abrangiam: a) interdições de ações visando a autonomia dos grupos ou associações informais de trabalhadores rurais como a simples movimentação de contas bancárias com recursos do FADA (fato costumeiro desde o início deste programa); b) transferências e outras formas de punições de técnicos que, em virtude da atuação profissional com os pequenos produtores rurais, causassem insatisfações a proprietários de terra ou autoridades constituídas; c) destituições de cargos por motivos semelhantes; d) esvaziamento das instituições responsáveis ou relacionadas ao planejamento e execução da política agrícola.

Tais estratégias culminam com a extinção de instituições competentes nessa área, sob a justificativa de uma reforma administrativa destinada a tornar o Estado mais eficiente e adequado ao projeto de *modernização do Ceará*.

Mesmo considerando a meta do segmento político de dotar o Estado de concepção empresarial, isentando-o das responsabilidades sociais, essa justificativa tinha outras motivações como livrar-se do incômodo proveniente da perspectiva de autonomia dos trabalhadores rurais, associado ao fato de existirem técnicos que exerciam papel de mediadores desse processo.

As provas mais plausíveis de tal incômodo podem ser compreendidas não só por meio das formas de relações entre governo e determinadas representações de trabalhadores, conforme descrito, mas, sobretudo, por meio das propostas de reforma agrária adotadas, após setembro de 1987, as quais culminam, dez anos depois, com a chamada Reforma Agrária Solidária. Esta desobriga o Estado do ônus da desapropriação de terras, transferindo a responsabilidade do pagamento para as comunidades, que passam a arcar com encargos financeiros como a TJLP e a taxa de remuneração do agente financeiro. Ao mesmo tempo, são inegáveis os benefícios auferidos por latifundiários com a

sobrevalorização de terras improdutivas, possibilitando a inviabilização, em curto ou médio prazo, da luta pela terra sem que se resolva ou, pelo menos, minimize o problema da pobreza no campo.

Considerações finais

A análise empreendida conduz à relativização de reflexões como as de Martins (1993), que consideram o técnico do Estado como “estranho” a massacrar as organizações camponesas, tendo em vista o domínio de uma racionalidade capitalista. O agente estatal, no caso em análise, não perde por completo essa condição de “estranho” e, embora seja parte da burocracia pública, aciona experiências sociopolíticas acumuladas para agir em sintonia com as demandas dos trabalhadores rurais, considerando-os sujeitos capazes de atuar sobre a realidade, contribuindo para a transformação.

Não obstante, as conseqüências do esvaziamento das políticas agrícola e agrária foram menos drásticas para os técnicos que para os trabalhadores rurais. Muitos daqueles inseriram-se em outras instâncias de trabalho, como universidades, organismos internacionais, agências reguladoras de distintas esferas do governo e organizações não-governamentais e, rechaçando a assimilação do pensamento único, participam de novas resistências às desigualdades sociais e negações de direitos humanos, incluindo as que se colocam contra os *genócidios* promovidos pela chamada *globalização*.

Evidentemente, os processos analisados ao longo dessas reflexões não podem ser considerados como única explicação para a pauperização da população rural do Ceará, inacreditavelmente, ainda à mercê das forças da natureza. Trata-se, entretanto, de lição a não ser esquecida neste momento em que se buscam novas alternativas de enfrentamento à pobreza do país, cujo símbolo é o Nordeste (por extensão, o Ceará). Quer seja através do revigoramento ou recriação de órgãos como o DNOCS e a SUDENE quer seja mediante programas massivos destinados a debelar a fome de milhões de seres humanos, é indispensável considerar o protagonismo político destes que se encontram miseravelmente incluídos.

Bibliografia

ARGUMEDO, Manuel Alberto. *Apoio à organização dos trabalhadores rurais: uma proposta metodológica*. Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, 1987.

BANCO MUNDIAL/ESCRITÓRIO REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. *Relatório de avaliação - Nordeste do Brasil. Segundo Projeto de Desenvolvimento Rural do Ceará*, 1980.

BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

BRASIL/EMBRATER. *Extensão rural, desenvolvimento e democracia*. Brasília: 1985.

BURSZTYN, Marcel. *Opoderobscuros - planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

CAMARGO, Aspásia, DINIZ, Elli (Org.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1989.

CARNOY, Martins. *Estado e teoria política*. São Paulo: Papirus, 1986.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *O Nordeste e o regime autoritário - discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: HUCITEC/SUDENE, 1987.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. *Movimentos sociais e política na zona rural do Ceará - análise de candidaturas populares nas eleições estaduais de 1986*. Fortaleza: UFC/NEPS, 1990.

_____. O Estado e os programas de apoio à pequena produção. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC, vol. X, n. 1 e 2, 1979.

CEARÁ. *Plano de Metas Governamentais (1979-1983)*.

_____. *Plano Estadual de Desenvolvimento (1983-1987)*.

_____. *Plano de Governo do Estado do Ceará (1987)*.

CEARÁ/CEPA. *Associativismo rural no Ceará*. Relatório de pesquisa, 1987.

_____. *Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural*, 1986.

_____. *Regulamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Associativo/FADA*, 1985.

_____. *Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste do Ceará*, 1980.

- _____. *II Relatório de Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado da Ibiapaba*, 1984.
- CEARÁ/EMATERCE. *Propostas de trabalho do Grupo de Organização Rural*, 1983.
- _____. *Propostas de trabalho do Grupo de Organização Rural*, 1984.
- _____. *Propostas de trabalho do Grupo de Organização Rural*, 1985.
- _____. *Sugestões para o redirecionamento do Serviço de Extensão Rural do Nordeste*, 1989.
- CEARÁ/SEARA. *Reorganização metodológica dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural*, 1989.
- CONTAG. *Questões agrárias, Estatuto da Terra e decretos regulamentares*. Brasília, 1987.
- COSTA, Liduína Farias Almeida da. *Camponeses e política agrária: definições e redefinições*. Fortaleza: UFC, Dissertação Mestrado, 1991.
- CHAUY, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1980.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o campo*. São Paulo: Loyola, 1986.
- FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho - trabalho familiar e pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GIRARD, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- IICA/CEPA. *Atividades de planejamento do processo de organização dos trabalhadores rurais*, 1983.
- IICA. *Capacitação camponesa: um instrumento para o fortalecimento das organizações camponesas*, 1987.
- LAMONIER, Bolivar. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEAL, Laurindo (Coord.). *Reforma agrária na Nova República - contradições e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1985.
- LEANDRO, José. *Depoimento (minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. CONTAG - uma vitória dos trabalhadores rurais e da democracia em 1963)*. Fortaleza: IOCE, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. *A reprodução das relações de produção*. Porto/Portugal: Escorpião, 1973.
- MACEDO, Carmem Cinira. *Tempo de gênese - o povo das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARTINS, José de Sousa. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.
- _____. *Não há terras para plantar neste verão - o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.
- _____. *Caminhadão no chão da noite - emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- _____. *A igreja face à política agrária do Estado*. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *A igreja e a questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil - as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.
- _____. *A chegada do estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MARTINS, Luciano. *A liberalização do regime autoritário*. São Paulo: Vértice, 1988.

- MARTINS, Mônica Dias. *Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária do Ceará*. Fortaleza: BNB, 1994.
- MEDEIROS, Leonildo Sérvo. (Apresentação). *Sindicalismo no campo: avaliação, perspectivas e desafios*. CADERNOS CEDI, Rio de Janeiro, n. 20, 1980.
- OCHOA, Maria Glória W. *As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará: 1954 - 1964*. Fortaleza: UFC/Stylus, 1989.
- O'CONNOR, James. Movimentos de servidores do Estado. In: *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PINTO, João Bosco Guedes. *Em busca do planejamento participativo nos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado*. Recife, s/d. Mimeo.
- _____. *Planejamento participativo - rito ou prática de classe*. LJUÍ/RS, 1986. Mimeo.
- SALLUM JÚNIOR, Basílio. Por que não tem dado certo: notas sobre a transição política brasileira. SOLA, Lourdes (Org.). In: *O Estado da transição política e economia na nova República*. São Paulo: Vértice, 1988.
- SAMPAIO, et al. *Política agrícola no Nordeste*. Brasília: BINAGRE, 1979.
- SILVA, José Graziano da. Reforma Agrária, já?. In: *Reforma agrária da Nova República: contradições e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1985.
- SIMSON, Olga R. de Moraes von (Org.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WEFFORT, Francisco C. *Por que democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- WEITZ, Raanam. *Desenvolvimento rural integrado*. Fortaleza: BNB, 1979.